



## RELATÓRIO E CONTAS 2015

## **1 - INTRODUÇÃO**

A Fundação Romão de Sousa foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficial por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

## **2 – OBJECTO SOCIAL**

Nos termos dos seus Estatutos, a Fundação Romão de Sousa "é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

- a)- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;
- b)- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;
- c)- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz."



### 3 – ACTIVIDADE

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

No âmbito da sua missão de apoio a pessoas com graves problemas de Saúde Mental, a Fundação prosseguiu a sua actividade regular e continuada na Casa de Alba, Comunidade Terapêutica em Saúde Mental, e nesse sentido cumpre-nos começar por reafirmar:

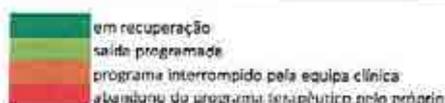
- que a Fundação é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, cuja actividade é essencialmente suportada pelo património da Fundação;
- a inexistência de protocolo de cooperação com o Estado que suporte uma parte dos custos, dada a inoperacionalidade da projectada, mas sempre adiada, Rede de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental;
- e a generalizada dificuldade financeira das famílias, dos cuidadores, ou das próprias pessoas com perturbações mentais graves em suportarem, mesmo parcialmente, os custos dos programas residenciais que oferecemos.

Conforme referido no anterior relatório, praticamos um modelo de contrapartida pecuniária que tem em consideração o rendimento próprio ou per capita do agregado familiar e que no limite inferior se situa ligeiramente acima do dobro do salário mínimo nacional, mas mesmo estes valores revelam-se inoportáveis para muitos candidatos, que assim se vêm impedidos de encontrar aquil solução para os seus problemas;

#### 3.1. Os residentes

Durante o ano de 2015 foram referenciados 51 possíveis interessados no programa terapêutico, dos quais 9 foram admitidos.

residente	2015												2016
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
1401													
1403													
1404													
1405													
1410													
1411													
1417													
1501													
1502													
1503													
1504													
1505													
1506													
1507													
1508													



Dos residentes admitidos, três completaram o programa, tendo dois regressado à vida activa, e o terceiro integrado outra resposta terapêutica. Dois residentes encontram-se em recuperação (juntamente com três outros que integraram o programa no ano anterior), seis abandonaram o programa unilateralmente e um viu o seu programa

terapêutico interrompido por incompatibilidade na vivência em comunidade. Dos 15 residentes que participaram no programa em 2015, a maioria era do sexo masculino (10) e tinham idades compreendidas entre os 19 e os 58 anos.

Os abandonos unilaterais são sempre encarados como casos de insucesso, pelo menos temporário. A vida na Comunidade é feita de avanços e recuos, pequenas vitórias e algumas decepções, momentos de crise e de relativa harmonia. Como em qualquer outra célula social ou família.

Mas por outro lado, não deixa de ser muito gratificante receber mensagens de familiares, como o exemplo seguinte:

*"Bom dia querido Professor,  
Tenho tanta coisa para lhe dizer ... Mas depois de fazer votos que continue de boa saúde de corpo e alma, a mais importante é a notícia de que a nossa xxx continua estabilizada, organizada e até a fazer projetos.  
Este é um milagre seu e da Casa de Alba, da equipa do hospital xxx e do polícia que a "apanhou" e convenceu a entrar no hospital, quando parecia estar no fim da linha. ... Um milagre que terá o meu reconhecimento certamente para sempre. (...)"*

### 3.2. Os modelos de avaliação

Entre os muitos modelos frequentemente utilizados para monitorizar as mudanças ocorridas como consequência do processo terapêutico e acompanhar a evolução com o tempo nos residentes, a Casa de Alba utiliza nomeadamente os seguintes:

- **CORE-OM** (Versão Portuguesa), que é um instrumento europeu de auto-relato para medir a saúde mental em adultos, dividindo-se em quatro sub-dimensões: funcionalidade, bem-estar subjectivo, sintomas/problemas e riscos. Periodicamente, cada residente dá respostas do tipo "muitas vezes", "frequentemente", "ocasionalmente", "às vezes", "nunca", etc.; O site original do CORE pode ser consultado em [http://www.coreims.co.uk/About\\_Measurement\\_CORE\\_Tools.html](http://www.coreims.co.uk/About_Measurement_CORE_Tools.html)
- **PQ, Questionário Pessoal** (Versão Portuguesa), é uma medida individualizada e idiossincrática construída pelo residente no início do programa e que mede o grau de dificuldade sentida num conjunto de problemas e queixas designadas pelo próprio. O questionário é aplicado em intervalos regulares.
- **PSYCHLOPS (Psychological Outcomes Profile)** é também uma medida de progresso terapêutico individualizada e que avalia Problemas, Funcionalidade e Bem-Estar subjectivo. É uma medida de auto-relato em que os problemas são descritos pelo próprio residente no início do programa e monitorizados periodicamente. Ver versão original e estudos em <http://www.psychlops.org.uk/index.html>. A versão Portuguesa está concluída e validada, numa iniciativa conjunta da Universidade de Évora, do King's College de Londres e da Fundação Romão de Sousa.
- **GAF (Global Assessment of Functioning)**, adaptada do Manual de Diagnóstico e Classificação das Perturbações Mentais (DSM-V) e que é utilizado em cada avaliação psiquiátrica. O Psiquiatra avalia subjectivamente (numa escala de 1 a 100) o grau de funcionalidade social, ocupacional e psicológica de cada indivíduo.

Outras medidas, específicas para as Esquizofrenias e Perturbações da Personalidade, estão em fase de estudo para poderem vir a ser integradas no processo de Avaliação Inicial e Periódica.

### 3.3. O quadro de pessoal

No fim do ano o quadro de pessoal comportava 7 pessoas, e já este ano evoluiu para um total de 9, acompanhando o aumento do número de residentes e a reorganização dos horários.

Neste momento a Casa de Alba tem 3 auxiliares a tempo inteiro, dois durante os períodos nocturnos e outro no apoio das actividades diárias da gestão do alojamento e da alimentação na Casa, e 6 técnicos também a tempo inteiro, incluindo o Director Clínico, a Coordenadora Técnica, uma Psicóloga Clínica e dois estagiários integrados no programa de estágios profissionais do IEFP, um licenciado em Serviço Social e outro com o grau de Mestre em Reabilitação Psicomotora. Contamos ainda com a colaboração de uma assistente social em programa de Emprego-Inserção e com um estágio curricular em Psicologia da Universidade de Évora.

Todos os profissionais são objecto de avaliação de desempenho periódica e frequentam programas de formação consoante as necessidades detectadas.

#### 3.3.1. A equipa técnica

Todos os elementos da equipa técnica estão ainda abrangidos por programas de supervisão, interna e externa, e participaram este ano pela primeira vez em Grupos de Desenvolvimento, conduzidos pelo Dr. Ricardo Bernardino e Doutor Paulo Motta Marques da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo.

Durante o ano, o Director Clínico visitou várias comunidades terapêuticas no Reino Unido, pertencentes ao National Health Service e à associação "Community Housing and Therapy", participou no congresso no University College London "Implications of Research on the Neuroscience of Affect, Attachment and Social Cognition" e participou e conduziu workshops no Metanoia Institute em Londres.

Foi contratado como Professor Auxiliar Convidado no Departamento de Psicologia da Universidade de Évora e como formador dos módulos de *Mentalization Based Treatment* no Curso de Formação em Grupanálise da SPGPAG, acção decorrente do protocolo de cooperação entre a Fundação Romão de Sousa e a Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo

Foi também admitido como membro da Comissão Editorial do "British Journal of Psychotherapy Integration", e é editor convidado do volume "*Mental Health in Europe and the World*" da revista "Current Psychiatric Reviews", publicação que resulta da Conferência "Saúde Mental em Portugal: que respostas" realizada pela Fundação Romão de Sousa em 2014.

É ainda membro da Comissão Científica do "20th International Congress of ISPS" (International Society for Psychological and Social Approaches to Psychosis), membro da Comissão Organizadora do Workshop Internacional "Schizophrenia and Common Sense" realizado na Universidade Nova de Lisboa, membro do Grupo de Investigação em Esquizofrenia da Universidade Nova de Lisboa, e foi orador em várias conferências, nomeadamente, na Universidade Nova de Lisboa, no Centro de Recuperação de Menores de Assumar e no Congresso Nacional de Psicologia da Saúde.

Publicou ainda um artigo sobre o processo terapêutico implementado na Casa de Alba "*An Integrative-Relational Framework of Intervention at Casa de Alba: therapeutic community for severe mental health problems*" no "British Journal of Psychotherapy

"Integration" e é co-editor do livro "Schizophrenia and Common Sense" em avaliação para publicação pela editora Springer-Nature.

Outras realizações relevantes da Equipa Técnica:

- a condução de aulas de Reabilitação Psicomotora na Universidade de Évora, pelos psicomotricistas Nuno Silva e Rita Neves;
- a integração da Psicóloga Cláudia Pedro como Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar;
- a publicação da Psicóloga Cláudia Pedro na Revista "Computers in Human Behavior" da Editora Elsevier;
- e a conclusão dos quatro anos da parte curricular do Curso de Psicoterapia Fenomenológico-Existencial pela Psicóloga Tatiana Gil Ferreira;

### 3.4. Outras actividades

Os sites da Fundação e da Casa de Alba, respectivamente em <http://www.fundacaords.org> e <http://www.casadealba.net/>, e a página da Fundação no Facebook em <https://www.facebook.com/fundacaords> têm vindo a detalhar as várias iniciativas e projectos que fomos protagonizando ao longo do exercício.

De salientar:

- A realização de um vídeo institucional sobre a Casa de Alba, disponível em <https://youtu.be/kdhfEBTeYTY>
- A realização de um Dia Aberto à Comunidade local e que foi também objecto de notícia no Jornal E de Estremoz);
- A criação com os residentes de Grupos de Introdução à Mentalização e Preparação para a Saída;
- A contratualização de parcerias com as Juntas de Freguesia de São Bento do Cortiço e de Santo Amaro para a realização de voluntariados e/ou trabalho local.

De referir também que durante o ano a Encontrar+se - Associação para a Promoção da Saúde Mental atribuiu aos fundadores da Fundação Romão de Sousa o prémio UPA 2015, em cerimónia realizada durante um jantar de beneficência no Porto em 31 de Outubro, pelo apoio concedido àquela associação e ao Movimento UPA - Unidos para Ajudar. O vídeo de agradecimento pela atribuição do prémio está também disponível em <http://www.fundacaords.org/pt/casa-de-alba-20131203-165633>



#### **4 – PATRIMÓNIO E SITUAÇÃO FINANCEIRA**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não-Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março.

A Fundação foi instituída com um património inicial de 2,3 milhões de euros, dos quais um milhão em numerário, um milhão em valores mobiliários não cotados e trezentos mil euros correspondentes ao prédio misto da sua sede, com uma área total de cerca de 6,7 hectares.

A exploração do ano não melhorou substancialmente em relação ao ano anterior e continua a ser altamente deficitária, reflectindo a ocorrência simultânea de vários factores, a saber:

- a baixa taxa de ocupação registada durante quase todo o ano, da ordem de 50% da capacidade instalada;
- a percentagem dos custos suportados pelos utentes ser muito inferior ao plano inicial, como consequência das suas dificuldades financeiras acima referidas;
- e a necessidade de manter um quadro de pessoal praticamente fixo, muito superior às necessidades estritas em relação ao número de residentes, dada a operação a tempo inteiro (24 horas por dia, sete dias por semana).

Ou seja, procurou constituir-se uma equipa técnica competente e completa e em simultâneo atingir um nível de ocupação mínimo que permitisse uma vivência de "comunidade" viva, mesmo com prejuízo a curto prazo do nível de proveitos e do equilíbrio pretendido para a exploração.

Os proveitos com os serviços prestados triplicaram em relação ao ano anterior, totalizando 90,1 mil euros, a que acresceram proveitos adicionais em doações e subsídios (nomeadamente no âmbito das Medidas Estágios e Estímulo Emprego do IEFP) de 48 mil euros, também mais do triplo do ano anterior.

Do lado dos custos, a rubrica mais importante é obviamente a dos custos com pessoal, que atingiram 187,9 mil euros, mais 58% que no ano anterior (em que a equipa ainda não estava completa), enquanto os FSE's reduziram 17% para cerca de 63,9 mil euros, incluindo 34,5 mil de serviços especializados e 15,8 mil de energia e fluidos.

Assim, com amortizações de 39 mil euros, o resultado do ano fixou-se em 159 mil euros negativos, apenas menos 13% que no ano anterior, com o Fundo de Capital a reduzir-se de 2.328,6 para 2.174,4 para mil euros.

#### **5 – PLANO PARA 2016**

Em termos da exploração da Casa de Alba, o plano para este ano prevê a continuação da admissão faseada de residentes, de forma a que no fim do ano se atinjam pelo menos dez, e um acréscimo significativo das contribuições das novas admissões de forma a atingir um valor médio mensal superior ao verificado em 2015. Apesar disso, a exploração de 2016 deverá encerrar ainda com um EBITDA negativo.

Mas 2016 é sobretudo o ano do n/ 2º Congresso Internacional sobre Saúde Mental, a realizar em 21 e 22 de Outubro em Estremoz, sob o tema "The Neurobiology, Psychotherapy, Pharmacology Intervention Triangle – weights, measures and controversies". O programa, os curricula dos oradores e todas as outras informações relevantes estão disponíveis em <http://congress2016.fundacaords.org/>,



aliás integrado numa semana de outras n/ realizações, que incluem dois programas de formação:

- o "Living Learning Experience", um curso residencial de 3 dias a realizar em Estremoz nos dias que antecedem o Congresso, em 17, 18 e 19 de Outubro;
- e um curso a realizar na Universidade de Évora nos dias 24 e 25 de Outubro, sobre "Aplicação de Conceitos Teóricos de Psicoterapia em Contextos Clínicos Desafiantes".

Por outro lado, estamos já a trabalhar na 2ª fase da n/ intervenção no apoio e integração social das pessoas com perturbação mental grave (esquizofrenias, perturbações de personalidade ou outras), implementando o Projecto INTEGRAR - Transição Gradual para a Vida Autónoma. Trata-se de uma residência para adultos em recuperação, sem apoio 24 horas/dia, que com um apoio apenas em regime parcial/ambulatório permita uma transição mais gradual para a vida autónoma, num local cidadão onde possam encontrar emprego, formação e relações sociais satisfatórias.

Estremoz, 30 de Março de 2016

O Conselho de Administração

José Joaquim Romão de Sousa

Maria da Conceição dos Santos Gomes

Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi

Handwritten signature and initials in the top right corner.



# FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2015



Handwritten signature and initials: "Nubij" and "SB".

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais .....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade .....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	9
3.1. Bases de Apresentação .....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	15
5. Activos Fixos Tangíveis .....	15
6. Rédito .....	15
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	15
8. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos .....	16
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	17
10. Outras Informações .....	17
10.1. Investimentos Financeiros .....	17
10.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	17
10.3. Clientes e Utentes .....	17
10.4. Outras contas a receber .....	17
10.5. Diferimentos .....	18
10.6. Caixa e Depósitos Bancários .....	18
10.7. Fundos Patrimoniais .....	19
10.8. Fornecedores .....	19
10.9. Estado e Outros Entes Públicos .....	19
10.10. Outras Contas a pagar .....	19
10.11. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	20
10.12. Fornecimentos e serviços externos .....	20
10.13. Outros rendimentos e ganhos .....	20
10.14. Outros gastos e perdas .....	20
10.15. Resultados de financiamento .....	21
10.16. Acontecimentos após data de Balanço .....	21



*Nelly*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## Balanço



### Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1 161 622,21	1 200 493,25
Investimentos Financeiros	10.1	1 000 820,41	1 000 275,53
		<b>2 162 442,62</b>	<b>2 200 768,78</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	10.3	15 041,39	7 466,41
Estado e outros entes públicos	10.9	0,00	995,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.2	4 800,00	0,00
Outras contas a receber	10.4	4 489,51	2 240,63
Diferimentos	10.5	3 825,77	1 585,92
Caixa e depósitos bancários	10.6	22 126,14	149 998,43
		<b>50 282,81</b>	<b>162 286,41</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 212 725,43</b>	<b>2 363 055,19</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	10.7	2 300 000,00	2 300 000,00
Resultados transitados	10.7	(9 367,98)	173 375,95
Outras variações nos fundos patrimoniais	10.7	42 769,75	37 969,75
Resultado líquido do período		(159 049,27)	(182 743,93)
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>2 174 352,50</b>	<b>2 328 601,77</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.8	9 451,11	9 049,57
Estado e outros entes públicos	10.9	6 639,74	4 859,01
Outras contas a pagar	10.10	22 282,08	20 544,84
		<b>38 372,93</b>	<b>34 453,42</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>38 372,93</b>	<b>34 453,42</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 212 725,43</b>	<b>2 363 055,19</b>



## Demonstração dos Resultados por Naturezas



### Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31-12-2015 (montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	6	90 055,93	30 231,57
Subsídios, doações e legados à exploração	7	48 089,75	13 928,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.11	(9 110,71)	(4 369,74)
Fornecimentos e serviços externos	10.12	(63 943,49)	(77 302,84)
Gastos com o pessoal	8	(187 871,75)	(118 600,52)
Outros rendimentos e ganhos	10.13	5 701,51	14 953,27
Outros gastos e perdas	10.14	(3 099,47)	(3 071,85)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(120 178,23)</b>	<b>(144 231,39)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(38 871,04)	(38 508,93)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(159 049,27)</b>	<b>(182 740,32)</b>
Juros e gastos similares suportados	10.15		(3,61)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(159 049,27)</b>	<b>(182 743,93)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(159 049,27)</b>	<b>(182 743,93)</b>



### Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituições do estabelecimento							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transferidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Reservas	Resultado líquido do período	Total	Reservas imobilizadas	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	2.300.000,00	-	34.200,00	3.023.249,92	-	-	-	(128.848,97)	2.507.575,95	-	2.507.575,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo regime de contabilização				3.759,75	(128.848,97)							3.759,75
Cytra a alterações conhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	3.709,75	(128.848,97)	-	-	-			-	3.709,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(182.745,93)	(182.745,93)		(182.745,93)
RESULTADO EXTENSIVO	4+5								(53.886,96)	(53.886,96)		(53.886,96)
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	5	2.300.000,00	-	37.959,75	178.375,95	-	-	-	(182.745,93)	2.328.601,77	-	2.328.601,77

5  
*[Handwritten signature]*  
SB



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos locatários da entidade mlf										Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Quotas variáveis nos Fundos patrimoniais	Resultados Transiçados	Reservas Legais	Excedentes de revalorização	Reservas	Resultado Espelho do período	Total	Interesses minoritários				
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015.</b>	6	2.300.000,00	-	37.960,75	173.375,95	-	-	-	-	-	-	-	3.328.401,77	-	2.328.401,77
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Debitas alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	4.800,00	(182.743,93)	-	-	-	-	-	-	-	4.800,00	-	4.800,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8	-	-	-	(182.743,93)	-	-	-	-	-	-	-	(182.743,93)	-	(182.743,93)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.089,27)	-	(159.089,27)
<b>OPERAÇÕES COM BASTANTEADORES NO PERÍODO</b>	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.694,46	-	(151.249,27)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015</b>	10.8	2.300.000,00	-	42.760,75	(9.367,98)	-	-	-	-	-	-	-	2.174.392,10	-	2.174.392,10

*[Handwritten signature and initials]*

**Demonstração dos Fluxos de Caixa****Demonstração dos Fluxos de Caixa  
do período findo em 31-12-2015  
(montantes em euros)**

N.º 1/15  
  
 SL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		88 698,72	35 787,01
Recebimentos de subsídios		28 089,75	13 928,72
Pagamentos a fornecedores		(57 788,89)	(85 909,92)
Pagamentos ao pessoal		(173 000,47)	(108 207,09)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(114 000,89)</b>	<b>(144 401,28)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		(35 219,78)	(24 048,09)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>(149 220,67)</b>	<b>(168 449,37)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	(1 171,87)
Outras activas		0,00	(199 210,04)
Recebimentos provenientes de:			
Outras activas		0,00	452 710,04
Juros e rendimentos similares		1 348,38	22 330,60
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>1 348,38</b>	<b>274 658,73</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		20 000,00	17 769,75
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	(9,56)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>20 000,00</b>	<b>17 760,19</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(127 872,29)	123 969,55
Caixa e seus equivalentes no início do período		149 998,43	26 028,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.7	22 126,14	149 998,43



N.º 1  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A Fundação Romão de Sousa é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Casa de Alba, São Bento do Cortiço, Estremoz.

Foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

Tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;
- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;
- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz.



Nu hi  
H  
E  
S  
S

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



N.º 1  
M  
S  
S

### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:



Luís  
M  
S

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

Os activos são depreciados apenas quando estão disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".



Luís  
M  
J  
SB

### 3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os outros investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição deduzidos das perdas por imparidade.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Handwritten notes and signatures in the right margin, including the letters 'SB' at the bottom.

#### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



### 3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nu hi  
[Handwritten signature]  
[Handwritten initials]



#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	66 122,49	-	-	-	-	66 122,49
Edifícios e outras construções	1 123 477,64	6 212,04	-	-	-	1 129 689,68
Equipamento de transporte	23 000,00	-	-	-	-	23 000,00
Equipamento administrativo	30 748,40	1 797,55	-	-	-	32 545,95
Outros Ativos fixos tangíveis	1 501,85	536,23	-	-	-	2 038,08
<b>Total</b>	<b>1 244 850,38</b>	<b>8 545,82</b>	-	-	-	<b>1 253 396,20</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	9 362,31	28 280,18	-	-	-	37 642,49
Equipamento de transporte	4 312,50	5 750,00	-	-	-	10 062,50
Equipamento administrativo	656,63	4 044,59	-	-	-	4 701,22
Outros Ativos fixos tangíveis	62,58	434,16	-	-	-	496,74
<b>Total</b>	<b>14 394,02</b>	<b>38 508,93</b>	-	-	-	<b>52 902,95</b>

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	66 122,49	-	-	-	-	66 122,49
Edifícios e outras construções	1 129 689,68	-	-	-	-	1 129 689,68
Equipamento de transporte	23 000,00	-	-	-	-	23 000,00
Equipamento administrativo	32 545,95	-	-	-	-	32 545,95
Outros Ativos fixos tangíveis	2 038,08	-	-	-	-	2 038,08
<b>Total</b>	<b>1 253 396,20</b>	-	-	-	-	<b>1 253 396,20</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	37 642,49	28 280,18	-	-	-	65 922,67
Equipamento de transporte	10 062,50	5 750,00	-	-	-	15 812,50
Equipamento administrativo	4 701,22	4 331,34	-	-	-	9 032,56
Outros Ativos fixos tangíveis	496,74	509,52	-	-	-	1 006,26
<b>Total</b>	<b>52 902,95</b>	<b>38 871,04</b>	-	-	-	<b>91 773,99</b>

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	4 - 8



Handwritten signature and initials in the top right corner.

## 6. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Prestação de Serviços	90 055,93	30 231,57
Mensalidades Utentes	86 857,95	25 020,73
Inscrições Conferência	-	4 277,59
Consultas Externas	2 697,98	390,00
Outros Serviços	500,00	543,25
<b>Total</b>	<b>90 055,93</b>	<b>30 231,57</b>

## 7. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>28 089,75</b>	<b>13 928,72</b>
IEFP - Estágios Emprego	22 254,22	13 928,72
IEFP - Medida Estímulo Emprego	5 835,53	-
<b>Doações e heranças</b>	<b>20 000,00</b>	<b>-</b>
Doações	20 000,00	-
<b>Total</b>	<b>48 089,75</b>	<b>13 928,72</b>

## 8. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respetivamente 11 e 11. De um período para outro não se verificou a saída de nenhum membro dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 9 (Diretor Clínico, Psicóloga, Técnica Psicomotricidade, 2 Estagiárias e 4 Auxiliares) e em 31/12/2014 foi de 6 (Diretor Clínico, Psicóloga e Auxiliar).



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao Pessoal	144.277,06	90.871,11
Encargos sobre as Remunerações	30.461,97	18.744,51
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.525,16	883,19
Gastos de Acção Social	10.875,24	6.361,71
Outros Gastos com o Pessoal	732,32	1.740,00
<b>Total</b>	<b>187.871,75</b>	<b>118.600,52</b>

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 10.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>1 000 000,00</b>	<b>1 000 000,00</b>
Promotor SGPS, S.A.	1 000 000,00	1 000 000,00
<b>Outros Investimentos financeiros</b>	<b>820,41</b>	<b>275,53</b>
Fundo Compensação Trabalho	820,41	275,53
<b>Total</b>	<b>1 000 820,41</b>	<b>1 000 275,53</b>

### 10.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Doadores	4 800,00	-
<b>Total</b>	<b>4 800,00</b>	<b>-</b>



### 10.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>15 041,39</b>	<b>7 466,41</b>
Clientes	860,00	597,70
Utentes (Residentes)	14 181,39	6 868,71
<b>Total</b>	<b>15 041,39</b>	<b>7 466,41</b>

### 10.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Fornecedores	1 932,84	848,98
Juros a receber	-	435,00
Outros Devedores	2 556,67	956,65
<b>Total</b>	<b>4 489,51</b>	<b>2 240,63</b>

### 10.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros gastos a reconhecer - Seguros	581,64	1.585,92
Outros gastos a reconhecer - Conf. 2016	3.244,13	-
<b>Total</b>	<b>3.825,77</b>	<b>1.585,92</b>

### 10.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	824,33	257,78
Depósitos à ordem	14 301,81	24 740,65
Depósitos a prazo	7 000,00	125 000,00
<b>Total</b>	<b>22 126,14</b>	<b>149 998,43</b>



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

### 10.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos:	2 300 000,00	-	-	2 300 000,00
Resultados transitados	173 375,95		(182 743,93)	(9 367,98)
Outras variações nos fundos patrimoniais	37 969,75	4 800,00	-	42 769,75
<b>Total</b>	<b>2 511 345,70</b>	<b>4 800,00</b>	<b>(182 743,93)</b>	<b>2 333 401,77</b>

### 10.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	9 451,11	9 049,57
<b>Total</b>	<b>9 451,11</b>	<b>9 049,57</b>

### 10.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	-	995,02
IVA - Restituição às IPSS	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>995,02</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 578,68	1 822,00
Segurança Social	3 856,07	2 973,01
Fundos de Compensação	204,99	64,00
<b>Total</b>	<b>6 639,74</b>	<b>4 859,01</b>

### 10.10. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	11.075,33	-	10.908,00
Remunerações a liquidar	-	10.908,00	-	10.908,00
Remunerações a pagar	-	167,33	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>-</b>	<b>1.550,89</b>	<b>-</b>	<b>1.517,48</b>
Outros credores	-	1.550,89	-	1.517,48
<b>Outros credores</b>	<b>-</b>	<b>9.655,86</b>	<b>-</b>	<b>8.119,36</b>
Credores diversos	-	9.655,86	-	8.119,36
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>22.282,08</b>	<b>-</b>	<b>20.544,84</b>



duki  
M  
S  
S

### 10.11. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Existência Inicial	-	-
Compras	9 110,71	4 369,74
Regularizações	-	-
Existência final	-	-
<b>Total CMVMC</b>	<b>9 110,71</b>	<b>4 369,74</b>

### 10.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	34.465,95	50.315,18
Materiais	2.792,59	2.288,51
Energia e fluidos	15.798,03	12.746,36
Deslocações, estadas e transportes	4.247,75	5.507,03
Serviços diversos	6.639,17	6.445,76
Comunicação	3.865,85	3.399,59
Seguros	1.507,77	1.426,27
Contencioso e notariado	15,00	-
Limpeza, higiene e conforto	1.219,79	1.619,90
<b>Total</b>	<b>63.943,49</b>	<b>77.302,84</b>

### 10.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	538,13	170,25
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	1 481,45
Outros rendimentos e ganhos	-	32,04
Juros obtidos	5 163,38	13 269,53
<b>Total</b>	<b>5 701,51</b>	<b>14 953,27</b>

### 10.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos - Taxas	141,47	278,03
Donativos	-	2 500,00
Quotizações	-	200,00
Multas e Penalidades	2 958,00	61,55
Juros de mora e compensatórios	-	32,27
<b>Total</b>	<b>3 099,47</b>	<b>3 071,85</b>

**10.15. Resultados de Financiamento**

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	3,61
<b>Total</b>	-	<b>3,61</b>
<b>Resultados financeiros</b>	-	<b>(3,61)</b>

**10.16. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estremoz, 30 de Março de 2016

O Contabilista Certificado

Nuno José Machado Sequeira

(CC n.º 10651)

O Conselho de Administração

José Joaquim Romão de Sousa

Maria da Conceição dos Santos Gomes

Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi